AUDITOR FISCAL – 26 A 50

26. (PMM/URCA 2025) O poder de reforma constitucional recebe, doutrinariamente, as mais diversas denominações. Não faz parte dessas denominações o termo:

A) Poder Constituído;

B) Poder Constituinte Derivado;

C) Poder Constituinte Derivado Reformador;

D) Poder Constituinte de Primeiro Grau;

E) Poder Constituinte de Segundo Grau.

27. (PMM/URCA 2025) A hierarquia das normas jurídicas, inspirada na Pirâmide de Kelsen, organiza as leis de acordo com seu nível de autoridade, onde a norma de hierarquia superior prevalece sobre a inferior. Nesse sentido, qual dessas normas jurídicas exige o voto da maioria dos parlamentares que compõe a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para serem aprovadas, devendo ser adotadas para regulamentar assuntos específicos, quando expressamente determinado na Constituição da República:

A) Leis Complementares;

B) Leis Ordinárias;

C) Medidas Provisórias;

D) Decretos Legislativos;

E) Resoluções.

28. (PMM/URCA 2025) Sobre as formas de Estado e formas de Governo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

I. no modelo de Estado autônomo ou regional, tem-se a centralização política, em que há apenas uma pessoa jurídica de direito público, e deste poder central decorrem todas as decisões;

II. na Confederação tem-se um único Estado soberano, ou seja, soberania é da Confederação, e não dos estados membros, e há uma divisão em regiões, sendo que estas terão autonomia política e administrativa e podem ser denominadas de várias formas, Estados, Províncias etc.

III. Os estados membros de uma Federação têm que respeitar o pacto federativo, ou seja, há indissolubilidade do Estado. Eles exercem apenas uma parcela da autonomia, mas não detêm soberania. Não existe o denominado direito de sucessão, o de deixar a Federação.

IV. no presidencialismo, existe a denominada separação de poderes, em que o presidente da República (chefe do Poder Executivo), ao exercer sua chefia, em regra depende dos demais poderes, Legislativo e Judiciário, estabelecendo a harmonia entre os poderes.

A) somente I está correta;

B) somente I e III está correta;

C) somente II está correta;

D) somente II e IV está correta;

E) somente III está correta.

29. (PMM/URCA 2025) Acerca da organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

A) os municípios contam com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com cargos para os quais há eleição, na qual votam seus eleitores;

B) apesar da indissolubilidade da federação brasileira ser causa pétrea, a mesma pode ocorrer, desde que na forma de plebiscito que autorize a cisão;

C) apesar de não se configurar como estado nem município, o Distrito Federal possui autonomia, parcialmente tutelada pela União;

D) é de competência dos municípios a instituição das diretrizes voltadas para o desenvolvimento urbano, em especial habitação, saneamento básico e transporte urbano;

E) é de competência do STF processar e julgar originariamente tanto os governadores dos estados e do Distrito Federal, bem como o Presidente da República, nos crimes comuns.

30. (PMM/URCA 2025) Assinale a única alternativa em que todas as matérias citadas competem privativamente à União legislar:

A) orçamento / direito civil / defensoria pública;

B) desapropriação / populações indígenas / sistemas de consórcios e sorteios;

C) sistemas de poupança / proteção à infância / custas de serviços forenses;

D) defensoria pública / proteção à infância / direito civil;

E) desapropriação / orçamento / serviço postal.

31. (PMM/URCA 2025) Considere as seguintes afirmações sobre o Sistema Tributário Nacional e assinale a alternativa correta:

( ) é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda desde que com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

( ) não é permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino;

( ) é de competência da União instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes;

( ) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir empréstimos compulsórios no caso excepcional de guerra externa, ou sua iminência.

A) V – F – V – F;

B) F – V – F – V;

C) V – V – F – F;

D) F – V – V – F;

E) V – F – F – V.

32. (PMM/URCA 2025) Assinale a alternativa que indica um imposto que não compete à União:

A) Imposto sobre Serviços de Transportes e Comunicações;

B) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;

C) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos;

D) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;

E) Imposto sobre Produtos Industrializados.

33. (PMM/URCA 2025) Não faz parte dos princípios da Administração Pública, conforme o art. 2º da Lei No 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

A) motivação;

B) proporcionalidade;

C) contraditório;

D) segurança pública;

E) interesse público.

34. (PMM/URCA 2025) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta sobre o Poder Executivo:

I. em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal, nessa ordem;

II. admitida a acusação contra o Presidente da República, pela maioria da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade;

III. compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição;

IV. improbidade administrativa se enquadra nos chamados crimes de responsabilidade, atos do Presidente da República que atentam contra a Constituição Federal.

A) somente I e III estão corretas;

B) somente II e IV estão corretas;

C) somente I, II e III estão corretas;

D) somente II, III e IV estão corretas;

E) todas as afirmativas estão corretas.

35. (PMM/URCA 2025) Assinale a alternativa correta acerca da organização do Poder Judiciário:

A) os ministros do Superior Tribunal Federal serão julgados pelo próprio STF, nos casos de crimes de responsabilidade, e pelo STJ nos casos de crimes comuns;

B) é responsabilidade da Defensoria Pública da União, órgão vinculado ao Ministério Público da União, oferecer assistência gratuita à população;

C) é de responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça, visto sua função, intervir no mérito da atividade jurisdicional exercida pelos juízes;

D) assim como ocorre no Supremo Tribunal Federal e demais tribunais superiores, foi atribuída jurisdição em todo o território nacional ao Conselho Nacional de Justiça;

E) é de competência dos juízes federais processar e julgar os crimes políticos, enquanto compete ao STF julgar o recurso ordinário contra as sentenças advindas do julgamento desses crimes.

36. (PMM/URCA 2025) Assinale a única alternativa que indica corretamente três dos órgãos da Justiça Eleitoral, segundo o art. 118 da CF/1988:

A) Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público Eleitoral, Cartório Eleitoral;

B) Tribunal Superior Eleitoral, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais;

C) Supremo Tribunal Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral e Juntas Eleitorais;

D) Corregedoria Especial Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e Zona Eleitoral;

E) Juízes Eleitorais, Cartório Eleitoral e Zona Eleitoral.

37. (PMM/URCA 2025) Assinale a alternativa correta segundo a Lei Orgânica do Município de Mauriti-CE:

A) o número de assentos para compor o Poder Legislativo Municipal será de 11 (onze) vereadores, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal;

B) a Câmara Municipal se reunirá ordinariamente de 15 (quinze) de janeiro a 30 (trinta) de junho e de 1º (primeiro) de agosto a 15 (quinze) de dezembro;

C) as Sessões da Câmara Municipal só poderão ser iniciadas com a presença de 2/3 (dois terços) dos seus membros, considerando presente à sessão o vereador que assinar o livro de presença, participar dos trabalhos do Plenário e das deliberações da Ordem do Dia;

D) pelo voto da maioria absoluta da Câmara qualquer componente efetivo da Mesa poderá ser destituído quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos;

E) compete à Câmara Municipal conceder título honorífico de cidadão, ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, mediante proposta de qualquer membro, e aprovada pelo voto de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

38. (PMM/URCA 2025) Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo:

A) a legalidade administrativa trata-se de princípio constitucional implícito, uma vez que decorre da necessidade de observância da moralidade administrativa nas relações de Estado;

B) o princípio da eficiência, relacionado na CF/1988 apenas na parte em que trata da Administração Pública, não se aplica às ações exercidas pelos Poderes Legislativo e Judiciário;

C) o princípio da indisponibilidade do interesse público tem por objetivo a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam em situação jurídica idêntica;

D) o princípio da eficiência administrativa tem por fundamento a subordinação da atividade administrativa ao cumprimento da racionalidade econômica;

E) segundo o princípio da legalidade, a administração pública não está autorizada a reconhecer direitos contra si demandados quando não estiverem presentes seus pressupostos.

39. (PMM/URCA 2025) No que se refere aos Atos Administrativos, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. atos administrativos são aqueles praticados exclusivamente pelos servidores do Poder Executivo e Legislativo;

II. se o presidente da República nomear um ministro do STF sem aprovação do Senado Federal, o ato administrativo será considerado ilícito e ilegal;

III. os atos administrativos unilaterais têm por fundamento o princípio da supremacia do interesse público, e sua prática configura manifestação do denominado poder extroverso;

IV. a desapropriação de um bem privado e a apreensão de mercadorias são exemplos de atos de gestão, onde a Administração age com prerrogativas públicas.

A) somente I está correta;

B) somente II está correta;

C) somente III está correta;

D) somente I e III estão corretas;

E) somente II e IV estão corretas.

40. (PMM/URCA 2025) Assinale a alternativa correta acerca da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei No 14.133/2021:

A) aplicação integral da lei no caso da administração direta, autárquica e fundacional;

B) segundo o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, as licitações públicas se destinam a selecionar propostas pelo aspecto econômico em sentido estrito;

C) bens e serviços especiais são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

D) o orçamento detalhado do custo global da obra, no projeto básico, é obrigatório para os regimes de contratação integrada e contratação semi-integrada;

E) no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

41. (PMM/URCA 2025) Um servidor público municipal, no exercício de suas funções de fiscalização, agindo de forma negligente, causou dano patrimonial a um particular. Considerando as regras constitucionais e princípios que regem a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

I. eventual ação de ressarcimento dos prejuízos proposta pelo terceiro prejudicado deve ser dirigida contra o Estado, e não diretamente contra o servidor;

II. mesmo o servidor cometendo ato que cause dano a terceiro, não poderá sofrer ação regressiva;

III. caso o Estado seja condenado a indenizar o particular, poderá propor ação regressiva contra o servidor, desde que comprovado dolo ou culpa na conduta funcional;

IV. a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é objetiva, exigindo apenas a comprovação do dano, da ação ou omissão administrativa e do nexo causal, independentemente de culpa do agente.

A) somente I e II estão corretas;

B) somente I, II e III estão corretas;

C) somente I, III e IV estão corretas;

D) somente I e IV estão corretas;

E) todas as afirmativas estão corretas.

42. (PMM/URCA 2025) De acordo com a Lei Nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei Nº 14.230/2021, o ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito caracteriza-se quando o agente público obtém vantagem patrimonial indevida em razão do cargo ou função, desde que praticado com qual elemento subjetivo e em quais condições?

A) quando praticado com culpa leve ou grave, bastando que gere enriquecimento ao agente público;

B) quando praticado de forma dolosa, com intenção de auferir vantagem patrimonial indevida decorrente do exercício da função pública;

C) quando houver omissão involuntária do agente público que resulte em enriquecimento próprio ou de terceiros;

D) quando caracterizado o abuso de poder, independentemente de dolo ou culpa, bastando o resultado danoso ao erário;

E) quando o agente público praticar ato doloso ou culposo que resulte em vantagem moral ou política, sem conteúdo patrimonial.

43. (PMM/URCA 2025) Com relação ao processo administrativo e aos princípios que o regem, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

I. o processo administrativo tem como finalidade a proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins da Administração Pública;

II. a interposição de recurso administrativo suspende automaticamente a execução do ato recorrido, independentemente de previsão legal;

III. a desistência do recurso administrativo não impede que a Administração reveja o ato impugnado, quando verificada ilegalidade;

IV. o princípio da moralidade autoriza a Administração a agir segundo a conveniência pessoal do gestor, desde que não haja ofensa à legalidade formal.

A) somente I e II estão corretas;

B) somente I, II e III estão corretas;

C) somente I, III e IV estão corretas;

D) somente I e III estão corretas;

E) todas as afirmativas estão corretas.

44. (PMM/URCA 2025) Com base nas disposições do Código Tributário do Município de Mauriti (Lei Municipal Complementar Nº 02/2022), analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

A) a competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, atos ou decisões administrativas sem matéria tributária conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra;

B) o Município pode delegar a outra pessoa jurídica de direito público a competência de criar ou majorar tributos, desde que haja interesse público;

C) a instituição de qualquer tributo municipal independe de lei que o estabeleça, sendo vedada sua cobrança antes de decorridos 90 (noventa) dias da publicação da norma que o instituiu ou aumentou, salvo exceções previstas em lei;

D) o Município pode instituir impostos sobre templos religiosos;

E) o município deve instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.

45. (PMM/URCA 2025) Com base nas disposições do Código Tributário do Município de Mauriti (Lei Municipal Complementar Nº 02/2022), analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa incorreta:

A) imposto, o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;

B) taxa, o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

C) contribuição de melhoria, o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária;

D) contribuição de iluminação pública, o tributo destinado a custear o serviço de iluminação pública do município;

E) imposto de saneamento, o tributo destinado a custear os proventos das equipes públicas de abastecimento de água no município.

46. (PMM/URCA 2025) No âmbito do Sistema Tributário Municipal, cada tributo possui sujeitos que exercem papéis distintos dentro da relação jurídico-tributária. Analise as alternativas e assinale a correta:

A) o sujeito ativo do tributo é o contribuinte ou responsável que tem relação direta com o fato gerador;

B) o sujeito passivo da obrigação principal é o ente público que institui o tributo;

C) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se, responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei;

D) sujeito ativo da obrigação acessória é a pessoa natural, jurídica ou a esta equiparada obrigada às prestações que constituam o seu objeto;

E) são obrigatoriamente desobrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o sujeito passivo e ativo da obrigação principal.

47. (PMM/URCA 2025) O patrimônio de uma entidade pública ou privada representa o conjunto de bens, direitos e obrigações que expressam sua posição financeira em determinado momento. Sobre esse conceito, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:

I. O patrimônio é composto por elementos positivos (bens e direitos) e negativos (obrigações);

II. A equação patrimonial é expressa pela relação Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido, evidenciando o equilíbrio entre recursos aplicados e suas origens;

III. O ativo representa as obrigações assumidas pela entidade e o passivo, os bens e direitos de propriedade da organização;

IV. O patrimônio líquido resulta da diferença entre o ativo e o passivo, podendo ser positivo ou negativo.

A) somente I e II estão corretas;

B) somente I e III estão corretas;

C) somente I e IV estão corretas;

D) somente I, II e IV estão corretas;

E) todas as afirmativas estão corretas.

48. (PMM/URCA 2025) A contabilidade utiliza os conceitos de ativo, passivo, receita e despesa para mensurar as variações do patrimônio. Considerando esses fundamentos, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I. ativo é o conjunto de bens e direitos que a entidade possui ou controla e que são capazes de gerar benefícios econômicos futuros;

II. passivo representa as obrigações presentes da entidade, decorrentes de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos;

III. receitas correspondem às entradas de recursos que reduzem o patrimônio líquido e às despesas que o aumentam;

IV. despesa é todo gasto ou sacrifício financeiro realizado pela entidade para obtenção de receitas ou manutenção de suas atividades.

A) somente I, II e IV estão corretas;

B) somente I e III estão corretas;

C) somente I e IV estão corretas;

D) somente I, III e IV estão corretas;

E) todas as afirmativas estão corretas.

49. (PMM/URCA 2025) Sobre o processo orçamentário e as leis que o compõem, assinale a alternativa correta:

A) o Plano Plurianual (PPA) compreenderá as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual;

B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e programas de duração continuada;

C) o Plano Plurianual (PPA) deve conter um anexo de metas fiscais e demonstrar as prioridades da administração pública para o exercício seguinte;

D) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem vigência de quatro anos, coincidindo com o período de duração do Plano Plurianual;

E) a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende o orçamento fiscal, o de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

50. (PMM/URCA 2025) A auditoria governamental, no âmbito do setor público, deve pautar-se por princípios éticos e profissionais que assegurem qualidade, confiança e legitimidade aos trabalhos realizados pelos órgãos de controle. Com base nesses fundamentos, assinale a alternativa correta:

A) integridade é o princípio que orienta o auditor a atuar com independência de julgamento, isenção e imparcialidade em todas as fases do trabalho de auditoria;

B) a competência profissional está relacionada à responsabilidade do auditor em manter conhecimentos técnicos atualizados e aplicar rigor metodológico em seus trabalhos;

C) o princípio da objetividade refere-se ao dever do auditor de manter sigilo profissional e proteger as informações obtidas durante a auditoria;

D) a confidencialidade consiste no dever do auditor de agir com transparência e honestidade, inspirando confiança e credibilidade no exercício da função pública;

E) o comportamento profissional refere-se à obrigação do auditor de preservar sua imparcialidade pessoal, ainda que para isso viole normas éticas em prol do interesse público.